

Temas Livres

Fabiano Contarato: a representação LGBTI+ na comunicação política do primeiro senador gay do Brasil

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.1.9>

 Bruno Rafael dos Santos

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: brunorafaeldosantos@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9373-370X>

236

RESUMO: O primeiro político declaradamente LGBTI+ eleito para o legislativo federal brasileiro foi Clodovil Hernandez em 2006. Contudo, o deputado declarava não representar o movimento. Nas eleições seguintes, novos políticos LGBTI+ se elegeram, sendo 2018 o ano de maior êxito, com a eleição de dois deputados federais e do primeiro senador gay do Brasil: Fabiano Contarato. Dado este fenômeno, este trabalho busca identificar a relação do senador com a temática LGBTI+, sob a perspectiva de representação fundamentada em Pitkin e Young, perpassando por Fraser. Para isso, será analisada a comunicação digital de Contarato, uma vez que as redes sociais possuem papel de accountability e de campanha permanente para mandatários. O corpus desta pesquisa são as publicações feitas pelo senador em sua página no Facebook de 2019 a 2021, sendo utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo para, em primeiro momento, identificar a frequência de postagens com temática LGBTI+ em relação ao total e, na sequência, um aprofundamento específico nestas postagens a fim de compreender os recursos discursivos utilizados e o alinhamento ao movimento, compreendendo assim como Contarato atua em representação a esta população.

PALAVRAS-CHAVE: Representação; Comunicação Política; LGBTI+; Senado; Facebook.

Recebido em: 25/10/2022

Aprovado em: 24/08/2023



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

A primeira eleição de uma pessoa LGBTI+¹ no Brasil aconteceu em 1992 em Colônia do Piauí/PI, quando a travesti Kátia Tapety (PFL/PI) foi eleita como vereadora da cidade (Benevides, 2020). Todavia, em nível de representação nacional, tal feito só ocorreu em 2006 com a eleição de Clodovil Hernandez (PTC/SP), enquanto gay, como deputado federal. Já para o Senado, apenas em 2018 o Brasil teve seu primeiro senador pertencente à população LGBTI+ eleito, quando Fabiano Contarato, também gay, conquistou uma cadeira pelo partido Rede Sustentabilidade² no estado do Espírito Santo.

Ainda que tímida, a eleição de pessoas declaradamente³ LGBTI+ avança no país. Entretanto, eleger uma pessoa LGBTI+ não necessariamente significa eleger um representante do coletivo, como observado com Clodovil Hernandez, que não poupou críticas ao movimento durante seu mandato e foi duramente repudiado à época por representantes LGBTI+ por falas em oposição à população transexual e a parada da diversidade (Agência Estado, 2007).

Assim, este trabalho tem por objetivo compreender como essa representação está presente na atuação de Fabiano Contarato, o primeiro senador gay do Brasil, e como ele dialoga com o movimento LGBTI+ e suas pautas, partindo do pressuposto de que, embora o cargo de senador seja ocupado por uma eleição majoritária, em que é preciso dialogar com toda a população e não apenas com um público específico – o que é possível em eleições proporcionais –, o fato do senador ser declaradamente gay faz com que esta característica esteja diretamente associada à sua imagem pública – concebida na relação entre o que o sujeito político deseja mostrar e como o público percebe (Weber, 2004) –, logo, deve refletir em algum nível em sua atuação parlamentar e na sua relação com os eleitores.

Para isso, o objeto de análise é a comunicação digital do senador, especificamente a sua página no Facebook, tendo em vista que, com o avanço e consolidação das redes sociais na vida cotidiana da população, elas são hoje utilizadas também como ferramenta de *accountability*, que permite ao agente público informar sobre sua atuação e ao eleitor fiscalizar e cobrar (Parmeggiani, 2015), ampliando assim a participação, os níveis de transparência e fortalecendo a democracia (Aggio, 2010), além de ser um espaço para o exercício de campanha permanente.

O artigo divide-se então, além desta introdução, em uma discussão sobre representação, com destaque nos conceitos apresentados por Pitkin (2006) e por Young (2006), com contribuição da teoria do reconhecimento e redistribuição de Fraser (2008); um breve relato sobre a função das plataformas digitais enquanto ferramenta de *accountability* e campanha permanente; o percurso metodológico

¹ A definição pela utilização da sigla “LGBTI+” em razão das demais variações se baseou no Manual de Comunicação LGBTI+ publicado pela Aliança Nacional LGBTI (Reis, 2018)

² Embora eleito pela REDE-ES, em dezembro de 2021 o senador se filiou ao PT-ES.

³ Considera-se pessoa declaradamente LGBTI+ quem, antes da sua eleição, publicamente já havia exposto a sua sexualidade ou identidade de gênero.

traçado que contempla uma análise quantitativa de todas as postagens realizadas pelo senador em seu Facebook durante seus três primeiros anos de mandato e, especificamente, uma análise de conteúdo qualitativa das postagens que se relacionam à temática LGBTI+; e, finalizando, as considerações finais com destaque aos principais pontos observados e o papel deste trabalho na contribuição para futuros estudos acerca da representação LGBTI+ na política do país.

2 A construção da representação política

A representação é um fenômeno cultural, político e, sobretudo, humano, de acordo com Pitkin (2006). No resgate etimológico da palavra realizado pela autora, seu significado na Grécia antiga de “tornar algo presente”, utilizado para coisas inanimadas, foi se transformando, até que, a partir do século XIII nos idiomas francês e inglês, passou a significar “atuar para”, conectando-se à atuação política em razão da atuação dos parlamentos, momento em que duas ideias se fortaleceram: “[...] a ideia de que todos os homens estão presentes no Parlamento, e a ideia de que o governante simboliza ou encarna o país como um todo” (Pitkin, 2006, p. 24).

238

Desde então, inúmeros teóricos e pensadores já refletiram acerca da representação dentro da teoria política, sendo destacados por Pitkin (2006) a fim de condensar uma definição: Hobbes, que em 1665 publicou “Leviathan” - tida como a primeira obra que versa sobre representação na política -, em que argumenta que um representante recebe autoridade para agir em nome do outro; Burke, que defende que por mais que o eleito possua um compromisso com o eleitorado que o elegeu, não deve ser um agente particular destes, devendo saber como encaixar os interesses da sua base eleitoral junto aos interesses gerais nação; Hamilton, Jay e Madison, autores de “O Federalista”, de 1787, que consideram a representação dos interesses de um determinado grupo de forma pejorativa, devendo estes interesses serem neutralizados pela representação geral da nação; James Mill, que acredita que a representação dos interesses da população só se dá quando o legislador se submete ao mecanismo institucional e não aos seus interesses próprios; Bentham, que em consonância com Mill, aplica o “princípio da deslocabilidade”, alegando que representantes só defendem os interesses de seus eleitores para que possam ser reeleitos, enquanto eleitores se dispõem a seus interesses individuais ante ao interesse público; John Stuart Mill, que afirma que todos os governados precisam ter voz no governo, uma vez que, aqueles que não tem voz, certamente serão injustamente encobertos por aqueles que tem; e ainda Rousseau, que contrariamente aos demais pensadores citados, critica a representação na política alegando que o povo não pode ser representado no legislativo. Fechando seu levantamento teórico, Pitkin (2006) destaca Arendt, que acredita que a questão da representação é uma das maiores problemáticas na política moderna, sendo apenas a participação democrática direta uma alternativa real para que o povo seja admitido no domínio público e este não seja apenas um privilégio para poucos.

Observa-se assim diferentes nuances da conceituação de representação dentro da teoria política. Enquanto há a crítica da representação direta de certos grupos em detrimento dos interesses gerais da nação, ao mesmo tempo há a defesa de que todos precisam ter voz e participar ativamente da construção política e democrática.

Para Young, que discorre acerca da representação política de identidade e minorias:

A representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos (Young, 2006, p.144).

Ainda, de acordo com a autora, a representação é necessária e desejável nas democracias modernas, sendo importante, contudo, que haja uma separação entre o representante e seus eleitores, não devendo o eleito ser visto como um substituto daqueles que representa ou como unicamente estar em seu posto para satisfazer as vontades da sua base.

Para entender como se dá a representação de grupos minoritários e oprimidos na política, Young (2006) propõe a divisão da representação em três modalidades: interesses – autorreferentes ao indivíduo, os meios para se chegar a um devido fim estabelecido -; opiniões – apoiadas em princípios, valores e crenças -; e perspectiva – percepção através de uma posição social -, encaixando-se aqui a representação de grupos oprimidos e movimentos sociais.

Dessa forma, a autora define que “a ideia de perspectiva busca captar a sensibilidade de experiência do posicionamento num grupo, sem especificar um conteúdo unificado para aquilo que a percepção vê” (2006, p. 166), reforçando que a representação por meio da perspectiva significa promover pontos de partida para a discussão social das demandas destes grupos, propiciando maior inclusão e contribuindo no combate à redução da desigualdade social estrutural, além de influenciar nas discussões e decisões a fim de corrigir injustiças e imprudências.

Sobre a representação de gênero, raça e sexualidade, Fraser - que já dialogou com Young acerca de gênero e igualdade nos espaços sociais, ambas alinhadas à Teoria Crítica e ao pensamento de esfera pública de Habermas (Avendaño, 2013) –, em sua teoria do reconhecimento e redistribuição, aponta que há uma injustiça cultural ou simbólica nos padrões sociais de representação (Fraser, 2008), sendo necessário o que ela denomina como remédios afirmativos e transformativos. Embora defina que, dentro da temática da sexualidade, estes remédios na busca por reconhecimento se tensionam, uma vez que gays e lésbicas, de maneira afirmativa, buscam se diferenciar da heterossexualidade dominante enquanto pessoas *queer* e não-binárias, de modo transformativo, buscam desestabilizar e romper os padrões de sexualidade existentes. Desta maneira, além de se pensar em reconhecimento, a autora afirma que é preciso dialogar com a redistribuição, sendo essa uma luta não apenas de afirmação de identidade, como também de reparação social e econômica. Todavia, o que só se possibilita por meio da participação da sociedade, como na ocupação dos espaços de poder.

O debate sobre representação de grupos minoritários converge assim na importância do reconhecimento e incentivo de espaços de participação para estes grupos subrepresentados, como é o caso do movimento LGBTI+ no país, sendo uma forma de alcançar tal representação com a eleição de representantes que levem as pautas dos movimentos à discussão, inclusão e intersecção com as pautas nacionais.

2.1 Representação do Movimento LGBTI+ no legislativo brasileiro

A luta pela legitimidade do movimento LGBTI+ teve seu advento em 1969 com a rebelião de *Stonewall* em Nova York e começou a ganhar espaço enquanto movimento social e participação em partidos políticos de esquerda na América Latina entre o final da década de 70 e início dos anos 90, período de redemocratização de grande parte desses países (Green, 2003). Sendo as principais reivindicações deste coletivo a busca pelo reconhecimento de sua identidade e o acesso aos mesmos direitos civis já estabelecidos a pessoas heterossexuais, em uma luta por direitos pré-existentes e por direitos específicos de pessoas LGBTI+ (Marques; D'ávila, 2010).

240

Contudo, embora o movimento tenha avançado nas últimas décadas e hoje já seja contemplado por secretarias, movimentos e setoriais dentro de 12 partidos – PT, PSTU, PSB, PSOL, PCdoB, PV, PSDB, PTB, MDB, PDT, REDE, DEM - (Feitosa, 2021; Santos, 2016b), as principais conquistas para a população LGBTI+ só foram possíveis pela atuação do judiciário, e não via poder legislativo, como a resolução n° 175/2013 que determinou o casamento civil de pessoas do mesmo gênero; a Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 4.275/2018 que reconheceu a alteração do nome e registro civil; a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão n.º 26/2019 que equiparou o crime de homofobia ao de racismo; e a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.543/2020 que reconheceu que homens bissexuais e homossexuais podem doar sangue.

Embora políticos aliados à causa já tenham apresentado projetos em prol desta população, leis em favor dos direitos de pessoas LGBTI+ não avançam nas casas legislativas, principalmente pela ação conjunta de políticos conservadores e religiosos que bloqueiam a agenda e até apresentam projetos a fim de restringir os poucos direitos desses (Santos, 2016a), mesmo com o Brasil estando entre os países que mais matam pessoas LGBTI+ no mundo e sendo o país onde mais transexuais e travestis são assassinadas (Gastaldi *et al.*, 2021). E a falta de representantes pertencentes ao movimento LGBTI+ nos espaços legislativos contribui ainda mais para essa vulnerabilidade legislativa (Paula; Silva; Bittar, 2017).

Um fator de influência no avanço de projetos de lei e o debate da temática LGBTI+ nos parlamentos é a maior ocupação de cadeiras legislativas por membros dessa população, conforme levantamento realizado por Reynolds (2013). Ao analisar o processo legislativo de 96 países, o autor constatou que, naqueles em que havia o registro de parlamentares LGBTI+ eleitos, maiores foram os avanços conquistados na aprovação de leis pelos direitos desse grupo, sendo grande a relação estatística

entre esses representantes eleitos e o progresso legal. Reynolds pontua, entretanto, que a eleição de políticos LGBTI+ se relaciona diretamente com o nível de tolerância dos países em relação a diversidade sexual e de gênero, e destaca ainda a identificação de que a maioria dos políticos desse movimento se elegem por partidos verdes e de esquerda. O avanço identificado por Reynolds já pode ser minimamente observado no Brasil com a aprovação do projeto de lei no senado que permite a doação de sangue por homens homossexuais e bissexuais (Agência Senado, 2021), proposto por Contarato, senador gay que compõe a análise desta pesquisa.

No Brasil, em nível nacional, o primeiro deputado federal LGBTI+ eleito foi Clodovil Hernandez, pelo PTC-SP, em 2006, que, embora fosse declaradamente homossexual, não apoiava as pautas do movimento LGBTI+ e não vinculava sua identidade enquanto homossexual à sua atuação política, o que Green, Lima e Machado (2020) definem como um padrão seguido por determinados indivíduos na busca pela manutenção de um estereótipo heteronormativo em razão da necessidade de aceitação social. Fato que levanta uma discussão acerca do que é considerado representação da comunidade LGBTI+ nestas estâncias de poder, o que, para Pereira (2017), apenas a presença de pessoas não-heterossexuais não significa a politização da pauta, uma vez que a luta política do movimento LGBTI+ está acima das identificações de gênero ou sexualidade individuais de cada pessoa pertencente à sigla, ou seja, a exemplo de Clodovil, apenas ser homossexual não capacita um político como representante desse coletivo.

241

Nas eleições posteriores, em 2010, Jean Wyllys foi eleito deputado federal pelo PSOL-RJ, sendo o único LGBTI+ eleito para o Congresso Nacional naquele ano, o que se repetiu em 2014. Somente em 2018 houve um avanço na Câmara dos Deputados, com Wyllys novamente reeleito – mas abdicando da sua cadeira e entrando em sua vaga David Miranda, PSOL-RJ, também gay –, e igualmente eleito Marcelo Calero, CID-RJ, gay. Bancada que até o final da legislatura foi ampliada, com a deputada Vivi Reis, mulher bissexual, que assumiu uma cadeira enquanto suplente pelo PSOL-PA e o deputado professor Israel Batista, PV-DF, que declarou publicamente sua homossexualidade.

Também em 2018, Fabiano Contarato – *corpus* de análise desta pesquisa - foi eleito ao senado pelo estado do Espírito Santo, tornando-se o primeiro senador gay do Brasil. Sem carreira política, atuava como delegado de delitos de trânsito por mais de dez anos, foi diretor-geral do DETRAN-ES e professor universitário. Pela sua atuação na pauta da mobilidade, ganhou visibilidade no estado elegendo-se senador com mais de 1,1 milhões de votos. Entre as pautas que o elegeram, de acordo com o seu site oficial: o fim da impunidade, pela preservação de vidas no trânsito, pela inclusão social e combate a toda forma de discriminação.

Isto posto, encontra-se a proposta deste trabalho que, após a reflexão sobre como se dá a representação na teoria política e como políticos LGBTI+ vem ocupando espaço no poder legislativo, buscará identificar como o senador Fabiano Contarato inclui as pautas LGBTI+ em sua atuação por meio da análise de sua comunicação digital, uma vez que o ambiente virtual tem se tornado uma importante arena do debate político e construção de reputação e imagem.

3 As redes sociais como ferramenta de *accountability* e campanha permanente

Com o avanço das novas tecnologias e sem o filtro das mídias tradicionais – jornal, rádio e televisão -, a Internet se tornou, para os atores políticos, um mecanismo de grande relevância como forma de aprimorar a conexão com os eleitores e ampliar o nível de confiança, obtendo o controle sobre a sua própria visibilidade, com maior presença no debate público realizado diretamente com e para o eleitor (Barros *et al.*, 2021).

Aggio (2010) defende que a Internet surge como uma aliada no fortalecimento da democracia, ampliando a participação dos cidadãos, fomentando o debate e aumentando os níveis de transparência. Transparência esta que, junto à publicidade, podem ser vistos como termos condicionantes da legitimação da *accountability* (Parmeggiani, 2015), expressão que pode ser definida como a necessidade dos representantes em prestar contas e se submeter ao veredito do eleitorado, que, por sua vez, tem o papel de fiscalização e punição (Miguel, 2005).

Logo, é possível enxergar nas plataformas digitais, com foco nas redes sociais, como estes espaços podem funcionar para o exercício de *accountability* em razão de sua configuração que possibilita a transparência e a publicidade por meio da divulgação da atuação política por parte do representante e a interação, validação ou desaprovação por parte do eleitorado.

Ainda, o conceito de campanha permanente também reforça a importância da *accountability* nas redes sociais por partes dos eleitos. De acordo com Galicia (2013), a campanha permanente é a utilização do cargo pelo eleito para a manutenção da sua base eleitoral, o que, com as novas tecnologias de comunicação política – como as redes sociais –, facilita a abertura de espaços de interação, mantendo os eleitores próximos. Para Massuchin e Silva (2019):

A campanha permanente, além de oferecer visibilidade aos atores políticos, permitem estreitar laços entre representantes e representados, em que os primeiros podem mostrar suas ações, reivindicações, decisões, posicionamentos, debates sobre temas de interesse público e trabalhos enquanto representantes políticos. (Massuchin; Silva, 2019, p. 230).

As autoras apontam ademais que a relação entre representantes e representados neste processo de campanha permanente se dá pela divulgação de conteúdos de transparência e *accountability*. Desta maneira, pode ser compreendido este conceito também como uma espécie de marketing de relacionamento com o eleitorado, para mantê-lo informado da vida parlamentar e construir a identidade de marca para o eleito (Azevedo Junior; Camargo; Viana, 2016).

Compreendidos ambos os conceitos e como eles se relacionam, é possível eleger as redes sociais como objeto de análise de representação, vista sua função de “vitrine parlamentar” em que o eleito presta contas, divulga o trabalho realizado e espera, em troca, a interação e aprovação dos eleitores.

Portanto, por meio da análise do trabalho divulgado pelo senador Fabiano Contarato em sua página no Facebook, será possível identificar como o senador dialoga com as pautas LGBTI+ no exercício da divulgação do seu mandato, e como exerce – ou não – a representação política para essa população.

4 Análise de página no Facebook do senador Fabiano Contarato

Para esta pesquisa foram coletadas, por meio da API *Facepager*, as postagens da página do senador Fabiano Contarato no Facebook referentes aos seus três primeiros anos de mandato, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. Espaço este em que o senador dialoga potencialmente com mais de 129 mil pessoas que curtem a sua página.

A definição do Facebook como objeto de análise se dá pelo seu alcance no Brasil, identificada como a rede social de maior utilização no país, com mais de 130 milhões de usuários, o equivalente a 74% da população com mais de 13 anos (Hootsuite; We Are Social, 2021).

A unidade amostral coletada foi composta ao todo por 1.971 postagens da página do senador, sendo 501 destas referente ao ano de 2019, 800 feitas em 2020 e 670 realizadas durante 2021.

243

Para a análise dos dados obtidos foi aplicada a metodologia de Análise de Conteúdo, partindo brevemente dos critérios de Bardin (2016) acerca da configuração das categorias com base na possibilidade de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, mas com maior aprofundamento no processo de codificação proposto por Bauer e Gaskel (2008) e na atualização de Sampaio e Lycarião (2021) acerca das etapas do processo de análise e definição das variáveis.

Para a seleção das postagens relacionadas à temática LGBTI+ dentro do total coletado, palavras-chave foram utilizadas, como a própria sigla e todos os termos que a compõe, e ainda termos como “diversidade”, “orgulho”, “homofobia” e também palavras que poderiam se relacionar como “amor” e “família”, sendo observado nestes casos implícitos também o elemento visual que acompanha a postagem. Para a codificação destas publicações, as categorias foram baseadas no livro de códigos elaborado pelo grupo de pesquisa CPOP – Comunicação Política e Opinião Pública para análise do conteúdo político durante o HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral), com as devidas modificações com o intuito de adaptar para as redes sociais e inclusão de categorias específicas alinhadas ao tema pesquisado, chegando assim a dois grupos categóricos, um de características discursivas e outro de características de representação diretamente relacionado à questão LGBTI+, conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Lista de categorias para a Análise de Conteúdo das postagens de temática LGBTI+

Grupo categórico	Variáveis	Categorias
Características discursivas	Tema	Educação; Saúde; Cultura; Esporte; Emprego e Renda; Meio Ambiente; Mobilidade; Direitos Humanos; Justiça / combate à LGBTIfobia; Economia; Desenvolvimento urbano e Infraestrutura; Administração Pública; Assistência Social; Várias (2 ou mais políticas públicas); Poder Executivo; Poder Legislativo; Poder Judiciário; Família; Fé/Religião; Motivacional; Eleições.
	Assunto	Atuação legislativa; Agenda parlamentar; Informação/Conscientização; Data comemorativa/ alusiva; Rotina pessoal; Divulgação/Eventos.
	Formato	Foto; Card; Vídeo; Texto (apenas legenda); Link; Gif.
	Apelo	Pragmático; Ideológico; Político; Emocional; Documental.
	Linguagem	Didática; Informativa; Panfletária; Crítica; Sentimental.
	Uso da imagem	Ausência; presença.
Características de representação	Público	Público geral; Público LGBTI+.
	Exposição da orientação sexual	Ausência; presença.
	Presença da sigla LGBTI+ total/parcial	Ausência; presença.
	Consonância com as pautas do movimento	Ausência; presença.

Fonte: Elaboração própria.

Importante destacar que, pelas postagens serem compostas por distintos elementos, a unidade de análise se restringiu à legenda da postagem e ao elemento visual que a compõe, que em geral varia entre foto, vídeo, gif, card e link.

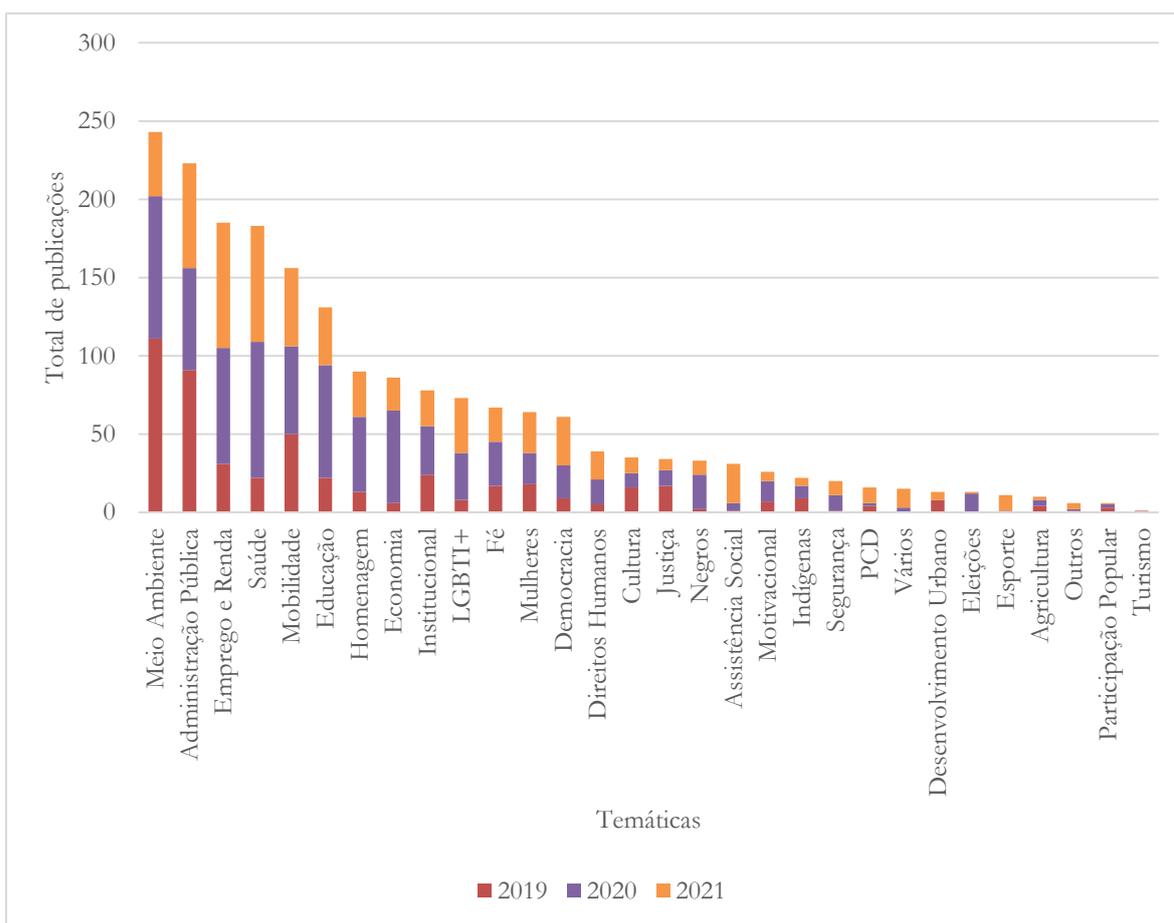
4.1 A incidência da temática LGBTI+ nas publicações do senador

Dentre o total de publicações realizadas pelo senador em sua página no período analisado, foram coletadas 73 postagens relacionadas à temática LGBTI+, um equivalente percentual de 3,7% das publicações feitas entre 2019 e 2021.

Das 30 temáticas mapeadas, a temática LGBTI+ aparece entre as 10 de maior incidência na soma dos anos observados, conforme o gráfico 1, compreendendo 3,7% do total das publicações. Sendo um fato a destacar a proximidade com a temática “Fé/Religião” (3,4%), que, em geral, é um ponto de contraste pela visão conservadora da maioria das religiões, precisamente neste caso a Igreja

Católica, a qual o senador pertence. Também aparece ligeiramente em maior número a temática “Institucional”, que equivale às postagens de divulgação e autopromoção do próprio mandato, rompendo a sequência de publicações relacionadas a políticas públicas. Observa-se que as principais pautas defendidas pelo senador em sua página são “Meio Ambiente” (12,3% das postagens), “Administração Pública” (11,3%) – com foco no combate à corrupção – e com percentual próximo “Emprego e Renda” (9,4%) e “Saúde” (9,3%).

Gráfico 1 – Temáticas das postagens realizadas por Contarato entre 2019 e 2021



Fonte: Elaboração própria.

Se comparado ano a ano observando apenas a temática LGBTI+, ainda conforme o gráfico 1, é possível notar o avanço destas publicações. De apenas 8 (1,6%) em 2019 para 30 (3,7%) em 2020 e 35 (5,2%) em 2021, provando assim que a temática vem ampliando seu espaço dentro da comunicação digital do mandato de Contarato.

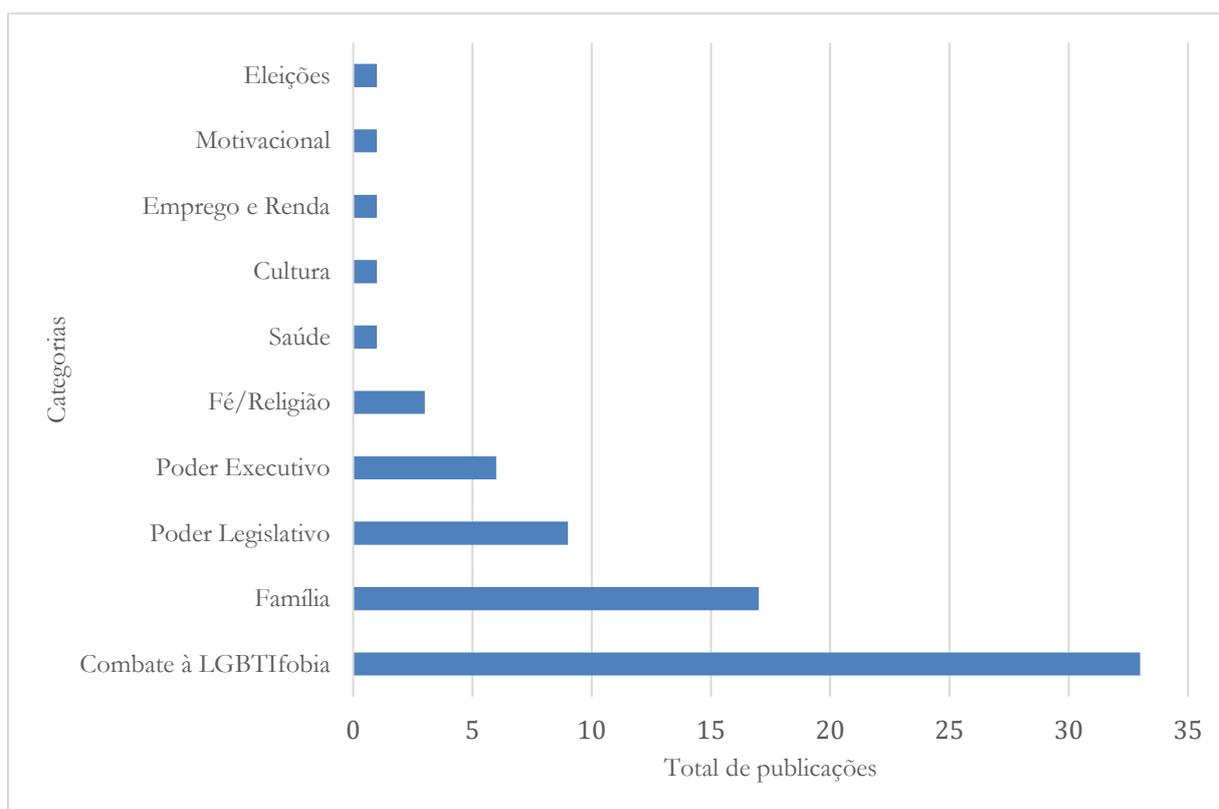
4.2 O conteúdo das postagens de temática LGBTI+ de Contarato

Em análise específica das postagens de temática LGBTI+, de acordo com a metodologia apresentada, começamos pela variável “tema” dentro do grupo de características discursivas. É preciso destacar que, embora a temática LGBTI+, bem como outras temáticas de identidade, como mulheres, negros e indígenas, tenham aparecido de forma isolada no mapeamento exposto no gráfico 1, seu conteúdo intersecciona com demais áreas de políticas públicas, justificando assim a necessidade desta variável.

Deste modo, identifica-se que a maioria das publicações na análise da variável “Tema” dentro das postagens de temática LGBTI+ versaram sobre o combate à LGBTIfobia e, na sequência, relacionadas à Família, no caso, publicações do senador com o marido e filhos. As categorias Poder Executivo e Poder Legislativo, que se constituem de publicações em que o senador aponta como estes poderes e seus representantes tratam o tema, sobretudo com críticas à letargia no debate da pauta, também aparecem significativamente. Ainda há publicações que relacionam a pauta LGBTI+ com a Fé, três ao todo, em apoio a declarações do Papa Francisco e relatos do senador sobre como é ser gay e católico ao mesmo tempo.

Gráfico 2- Variável “Tema” das postagens com temática LGBTI+ realizadas entre 2019 e 2021

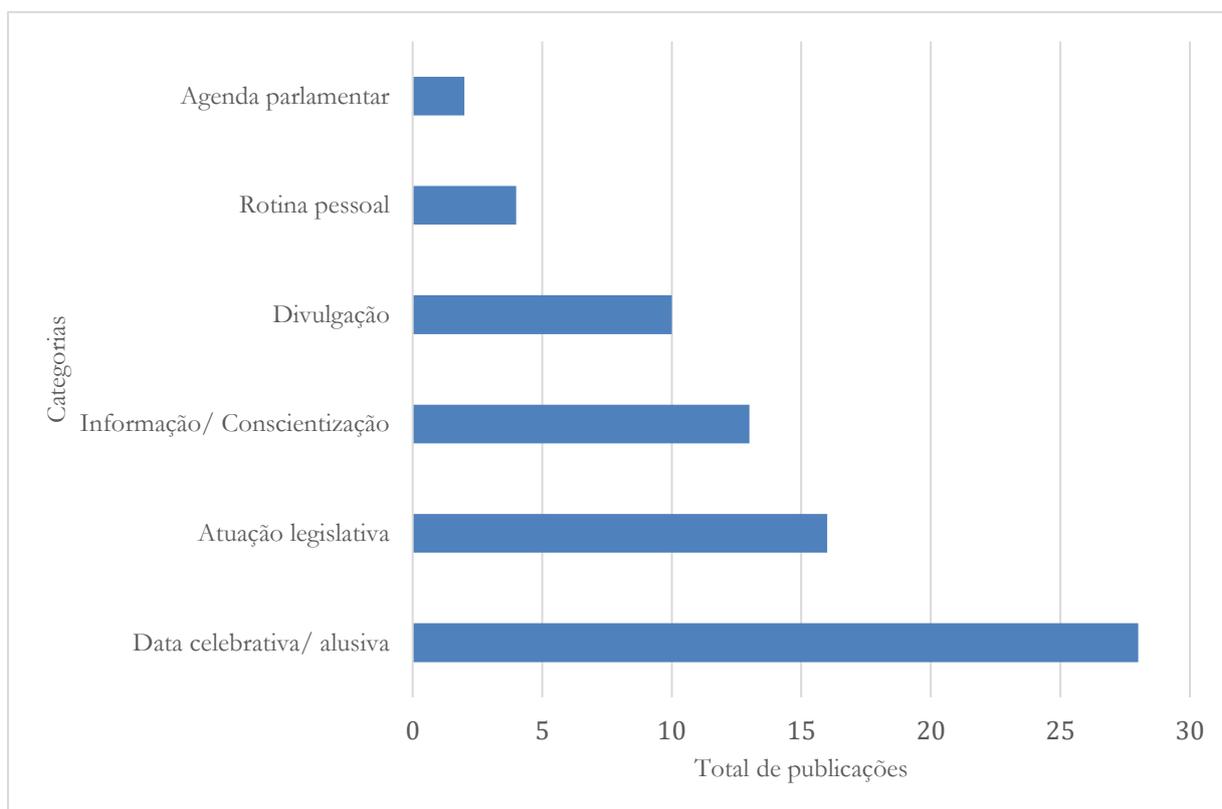
246



Fonte: Elaboração própria.

Na variável “Assunto” (gráfico 3), observa-se que a maioria das publicações estão relacionadas a celebração ou alusão a datas específicas, sendo registradas datas como o dia do orgulho LGBTI+ e dia do enfrentamento à LGBTIfobia. Porém, em maior número, aparecem datas de teor pessoal, como dia dos namorados, dia da família e dia da adoção. Logo na sequência, destaque para a Atuação Legislativa, com publicações acerca de projetos de lei, pareceres emitidos e participação parlamentar em comissões, sendo o principal destaque a aprovação do Projeto de Lei nº 2.353/2021 no Senado, de sua autoria, que proíbe a discriminação de doação de sangue com base na orientação sexual, e também a participação do senador na Comissão Parlamentar de Inquérito acerca da pandemia, a CPI da COVID, em que, em dois distintos momentos, durante depoimentos, o parlamentar realizou discursos contra ataques homofóbicos sofridos.

Gráfico 3 – Variável “Assunto” das postagens com temática LGBTI+ realizadas entre 2019 e 2021



Fonte: Elaboração própria.

Destaque também na variável “Assunto” (gráfico 3) para a categoria “Informação/Conscientização”, com publicações sobre direitos da população LGBTI+, combate ao preconceito e prestação de serviço público. Já em menor frequência, notam-se as publicações relacionadas a agenda, sendo apenas duas registradas ao longo dos três anos observados, aparecendo em

menor escala que postagens de caráter pessoal, da vida privada do Senador. Categoria esta que se esperava um maior volume de publicações em função de refletir a rotina parlamentar, o que inclui reuniões, visitas e atendimentos a grupos, instituições e população em geral.

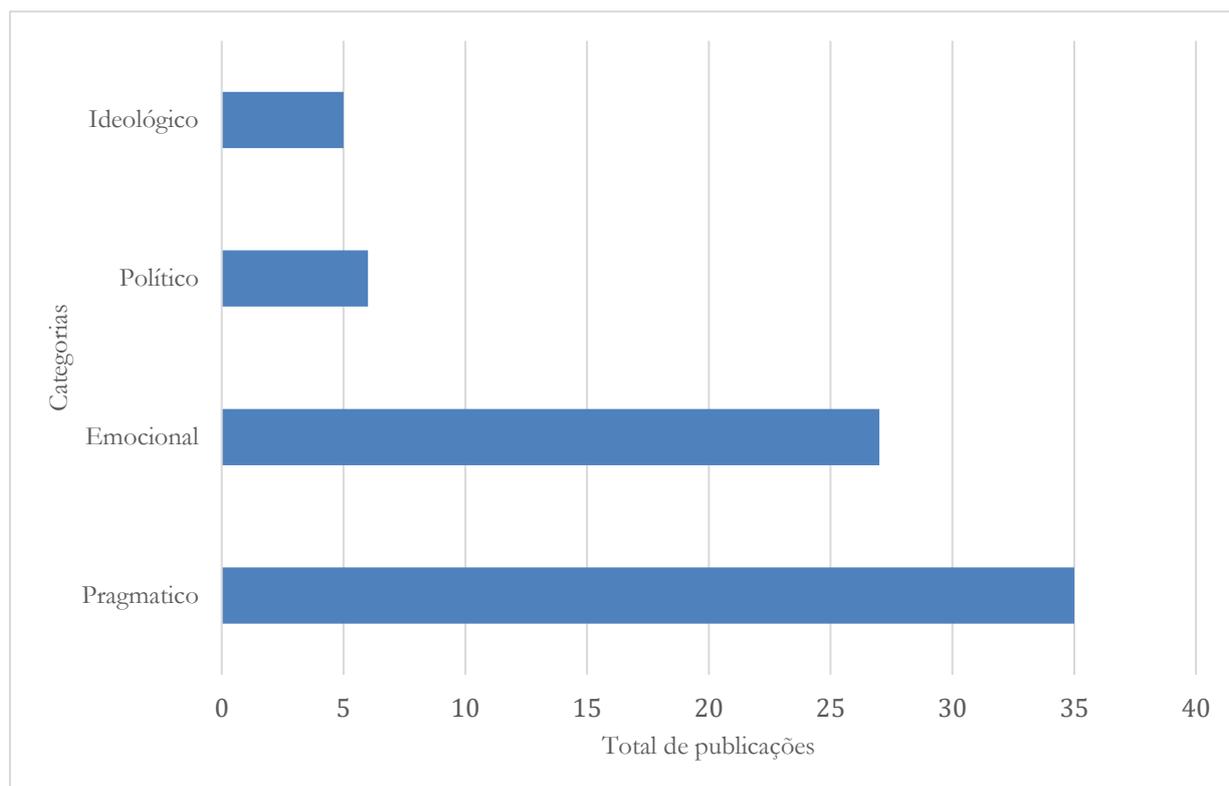
Na análise da variável “Formato”, a preferência do senador para comunicar a temática foi através de vídeos (33 publicações), em seguida fotos (21) e *cards* – em geral artes editadas e *prints* do Twitter – (19). A maioria das publicações no formato foto se referem à vida pessoal do senador, momentos em casal ou com os filhos. Houve preferência pelo uso de *cards* e vídeos ao tratar de publicações acerca da conscientização e combate à LGBTIfobia e assuntos parlamentares.

Já nas variáveis próprias de análise textual, “Apelo” e “Linguagem”, é possível identificar o posicionamento propositivo e crítico do senador ao tratar a temática em sua comunicação.

Na variável “Apelo”, o apelo pragmático – na defesa de políticas públicas – é o de maior incidência, conforme explicitado no gráfico 4, seguido do apelo emocional – desprovido de política e ideologia, de apelo simbólico e moral – estando este diretamente associado às postagens de teor pessoal, como datas específicas e família. Os apelos “político” – defesa de posicionamento ou partido político – e “ideológico” – defesa de preceitos e posicionamentos embasados em uma vertente ideológica – aparecem em menor número.

Gráfico 4 – Variável “Apelo” das postagens com temática LGBTI+ realizadas entre 2019 e 2021

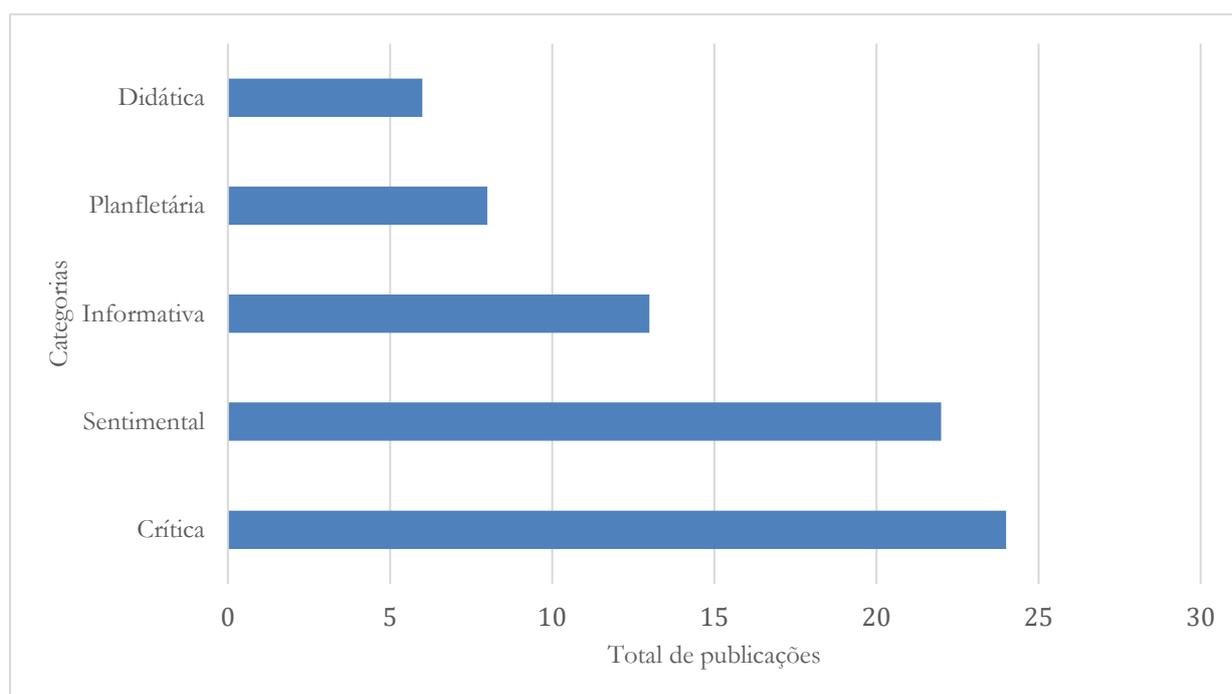
248



Fonte: Elaboração própria.

Enquanto em “Linguagem”, a linguagem dominante, de acordo com o gráfico 5, foi a crítica, em geral posicionamentos contrários do senador às falas e ações do governo federal e do então presidente Jair Bolsonaro, bem como críticas a ineficácia do Congresso em dar continuidade em projetos de lei voltados aos direitos da população LGBTI+. A linguagem sentimental, contudo, também obteve grande destaque, diretamente relacionada ao apelo emocional e às postagens pessoais. A linguagem informativa – quando se restringe a passar uma informação –, a panfletária – defesa superficial de um assunto –, e a didática – aprofundamento do tema – apareceram em menor escala.

Gráfico 5 – Categoria “Linguagem” das postagens com temática LGBTI+ realizadas entre 2019 e 2021



Fonte: Elaboração própria.

Em relação a variável “Presença da Imagem”, que encerra o primeiro grupo de variáveis analisado, destacou-se que a imagem do senador, seja por foto ou vídeo, esteve presente em 52 das postagens (71% do total). A análise desta categoria tem sua relevância na associação da imagem de Contarato à temática LGBTI+, mesmo que, como veremos a seguir, a sua sexualidade não apareça exposta nas publicações, associar seu rosto à pauta já é uma forma de proximidade e pertencimento.

Nas variáveis de representação relacionadas à questão LGBTI+, primeiramente foi analisado o público a quem as publicações foram direcionadas. Sendo majoritariamente para o público geral (70 postagens) e apenas três específicas à população LGBTI+. Destas, duas convocando para a participação

de pessoas LGBTI+ na parada do orgulho e outra apresentando a esta comunidade os direitos que já lhes são garantidos.

Sobre a exposição da própria sexualidade nas publicações, ela esteve presente na maioria, em 39 postagens, equivalente a 53,4% do total. Variável que mostra como Contarato se relaciona diretamente com a comunidade LGBTI+, autoafirmando na maioria das postagens da temática a sua sexualidade, seja textualmente, colocando-se como homem gay ou como membro do coletivo utilizando a primeira pessoa do plural ao falar do tema, tanto por meio dos elementos visuais, como fotos e vídeos ao lado do marido e com a família. Nas demais publicações, 34 no total, embora o senador não se autoafirme enquanto homem gay ou membro da comunidade LGBTI+, ao relacionar com a categoria “Presença da Imagem”, identifica-se que em 16 delas é utilizada a sua imagem ou presença em vídeo, relacionando-se assim de alguma forma com o assunto. Logo, em apenas 18 postagens do total das relacionadas à temática LGBTI+ não é identificada uma personalidade por autoafirmação da sexualidade ou relação da imagem do senador com a temática.

A presença explícita da sigla LGBTI+ ou um dos seus termos foi identificada na maioria das publicações, em um percentual de 59,7%, 44 postagens. Nas demais, a temática LGBTI+ aparece de forma relacionada ou implícita, com a utilização de termos como “diversidade” e “orientação sexual”; ainda em expressões como “somos todos iguais”, “combate a todo tipo de preconceito” em publicações genéricas que discorrem sobre discriminação em geral (figura 1); e também por meio de publicações sobre “amor”, “filhos” e “família” que, embora não seja citada a sigla ou termos correlacionados, as publicações são ilustradas por fotos pessoais do senador com o esposo e filhos (figura 2).

250

Figura 1 – Exemplo de postagem com ausência da categoria “presença da sigla LGBTI+” (1)



Fonte: Contarato (2020a).

Figura 2 – Exemplo de postagem com ausência da categoria “presença da sigla LGBTI+” (2)



Fonte: Contarato (2020b).

251

E, por fim, a variável que versa acerca da consonância das publicações com as pautas do movimento LGBTI+, que pode ser considerada uma das principais a fim de consolidar a representação de Contarato como uma voz da população LGBTI+ dentro do Senado, comprovou o seu alinhamento ao coletivo, principalmente em questões como combate à LGBTIfobia, provado pela aprovação do seu projeto de lei que proíbe a discriminação a homens homossexuais e bissexuais na doação de sangue, e apoio em pautas como a ampliação de direitos como o casamento e formação de família.

Embora as publicações de teor pessoal relatem sua vida privada sem relação explícita com seu cargo, estas podem também ser vistas como apoio ao movimento e ato político, uma vez que são provas de autoafirmação e exposição da sua vida enquanto gay e dos direitos obtidos como o casamento e a adoção, o que totaliza 70 das 73 postagens se relacionando às lutas do movimento.

As únicas 3 publicações marcadas como não alinhadas às pautas são aquelas já destacadas como de cunho “Fé/Religião” (imagem 3), pelo contraste existente entre ambos os temas, uma vez que o conservadorismo das religiões condena e proíbe a plena vivência da sexualidade não-heteronormativa. Não necessariamente são contrárias às pautas do movimento LGBTI+, entretanto, religiões, principalmente as cristãs dominantes, estão entre as principais instituições que buscam impor padrões heteronormativos como norma, indo contra a liberdade de pessoas LGBTI+ (Silva; Barbosa, 2016).

Figura 3 – Exemplo de postagem com ausência da categoria “consonância com as pautas do movimento LGBTI+”



Fonte: Contarato (2019).

252

Panoramicamente, pode-se concluir desta detalhada análise categorial a relação do senador Fabiano Contarato com a temática LGBTI+ e a sua representação no Congresso Nacional.

Embora tenham sido registradas apenas 73 publicações relacionadas à temática, representando 3,7% do total do material coletado, ela está presente na atuação do senador divulgada em sua comunicação digital. E, ainda, apesar de 22 postagens estarem relacionadas a temas pessoais, por conseguinte, não sendo consideradas para *accountability*, contribuem para fortalecimento da imagem pública de Contarato enquanto um homem gay eleito.

Outro ponto a se destacar é a aparição destas postagens em maior número relacionadas a datas comemorativas ou alusivas, mostrando uma sazonalidade do tema em detrimento da atuação parlamentar, que aparece em menor número. Enquanto representação, esperava-se a dominância da categoria “Atuação parlamentar” na variável “Assunto”, visto que o combate à discriminação aparece como uma das pautas de Contarato. Contudo, a sua atuação enquanto representante deste grupo

condiciona ao refletido por Pitkin (2006) acerca da atuação em conjunto com as principais pautas da nação e não apenas como uma voz única da base que pertence/representa. Bem como pontua Young, ao discorrer que o representante não pode responder unicamente a vontade de seus representados, mas “[...] aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade com outras” (2006, p. 157-158). Logo, os representados devem ser compreendidos através do seu pertencimento nesta estrutura social, entretanto, sem que esse grupo determine sua exclusiva atuação à pauta de sua identidade e sim propicie a inserção do tema para debate e como ele significa e se correlaciona com demais temáticas através desta sua perspectiva.

Um fenômeno notado ainda é a crescente das publicações correlatas à temática, passando de 8 em 2019 para 35 em 2021, podendo inferir que, ao avançar do mandato do Senador, que possui um total de 8 anos, a pauta deverá seguir se consolidando e fortalecendo a imagem de Contarato enquanto uma voz da população LGBTI+ dentro do parlamento nacional, como observado no teor das postagens e na sua dedicação no enfrentamento à LGBTIfobia e severas críticas aos poderes na ineficácia do tratamento da temática.

5 Conclusão

253

Fabiano Contarato foi eleito senador do Brasil em 2018, sendo a primeira pessoa pertencente à comunidade LGBTI+ a assumir este posto. Com isso, é inegável o desejo por parte deste coletivo em ver em sua atuação a representação esperada, em um momento em que outras identidades e grupos subrepresentados também lutam por este espaço.

Pela análise realizada em sua comunicação digital pelo Facebook, que neste artigo foi elencada como uma “vitrine” do seu mandato em função da ferramenta de *accountability*, e pela necessidade de campanha permanente, foi possível compreender as prioridades da sua atuação e identificar a presença da temática LGBTI+ que, embora represente um pequeno número dentro do montante final do material coletado, reflete a preocupação do mandatário e a sua atuação em razão do tema, com registro de atuação parlamentar no combate à LGBTIfobia e na luta por direitos para esta população, ainda que de forma mais pessoal e conscientizadora do que parlamentar.

Em que pese o assunto do maior número de publicações estar relacionado a datas comemorativas e celebrativas, estas também podem ser vistas como posicionamento em defesa da pauta, bem como as postagens de teor pessoal que, ao optar por expor a sua sexualidade e a sua composição de família, o senador se mostra como pertencente à essa população e, mesmo que implicitamente, torna-se este ato em político.

Por fim, o alinhamento de 70 das 73 publicações às pautas do movimento LGBTI+ e o crescimento exponencial a cada ano de postagens acerca do tema, pode-se concluir que Contarato atua como um forte apoiador deste grupo, aprofundando-se nesta representação ano a ano, contudo, sem

deixar de representar os interesses gerais da nação e interseccionar as necessidades da população LGBTI+ às pautas da população em geral, o que também pode ser relacionado ao pensamento de Fraser (2008) em que destaca que além de reconhecimento, também é necessária a redistribuição, sendo também uma luta social e não apenas de identidade.

Todavia, esta pesquisa unicamente não pode configurar o senador como um representante ou não da pauta, mas apresenta fortes indícios de seu papel enquanto um parlamentar homossexual que apoia e dedica atenção à temática e também produção legislativa em prol dessa população.

Como atenção, ao perpassar por estudos sobre representação LGBTI+ na política, destaca-se a necessidade de maiores contribuições acadêmicas sobre o tema (Feitosa, 2021; Reynolds, 2013), sendo ainda maior a lacuna ao se restringir a pesquisas desses atores em ambientes digitais (Marioto, 2021).

Ainda que candidaturas de pessoas LGBTI+ sejam registradas no Brasil desde o final dos anos 80, com destaque para Herbert Daniel - ativista na luta contra o HIV, ex-guerrilheiro e exilado político durante o regime militar – considerado um dos primeiros candidatos declaradamente homossexuais que desempenhou importante papel no debate acerca de gênero e sexualidade (Santos, 2016a), a eleição de políticos LGBTI+ em nível nacional ainda pode ser considerada como um fenômeno recente no Brasil, com maior relevância a partir das eleições de 2018. Por esse motivo, há a expectativa de que este trabalho contribua no objetivo em levantar maiores discussões acerca do tema e no incentivo a novas produções que versem sobre representação do movimento nos espaços de poder e como os representantes eleitos têm atuado e se comunicado com seus representados, em um viés comunicacional da representação.

254

6 Referências

AGÊNCIA ESTADO. Clodovil diz não ter orgulho de ser gay. **Estadão**, São Paulo, 22 mar. 2007, Política. 2007. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,clodovil-diz-nao-ter-orgulho-de-ser-gay,20070322p28397>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

AGÊNCIA SENADO. Aprovado projeto que proíbe discriminação de doadores de sangue por orientação sexual. **Senado Federal**, Brasília, 04 nov. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/04/aprovado-projeto-que-proibe-discriminacao-de-doadores-de-sangue-por-orientacao-sexual>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

AGGIO, C. de O. **Campanhas políticas online**: A discussão do Estado da Arte seguido de estudo de caso sobre os web sites dos candidatos à prefeitura de Salvador em 2008. Dissertação (Mestrado em

Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

AVENDAÑO, M. P. Iris Marion Young y Nancy Fraser: Sobre la estructura de la justicia. **Quaderns de Filosofia**, Enrahonar, n. 51, p. 77-93, 2013.

AZEVEDO JUNIOR, A. de C.; CAMARGO, H. W. de; VIANA, F. C. Uma visão sobre o espetáculo da política: comunicação e transformações marcárias de políticos e partidos. **Revista Comunicação Midiática**, v.11, n. 3, p. 133-150, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, A. T. de; BERNANDES, C. B; FARIA, C. F. S. de; BUSANELLO, E. Presença parlamentar nas mídias sociais: A estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 232, p. 57-86, 2021.

BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

255

BENEVIDES, B. Em 1992, Kátia Tapety foi a primeira travesti eleita na política do Brasil. **Revista Híbrida**, 04 set. 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CONTARATO, F. **Divulgação da matéria “O testemunho do senador gay e católico: sejamos irmãos em Cristo”**. Brasília, 12 dez. 2019. Facebook: fabianocontarato. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fabianocontarato/posts/2817207081658312>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CONTARATO, F. **Dia mundial de zero discriminação**. Brasília, 01 mar. 2020a. Facebook: fabianocontarato. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fabianocontarato/posts/2993173324061686>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CONTARATO, F. **Dia da família**. Brasília, 08 dez. 2020b. Facebook: fabianocontarato. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fabianocontarato/photos/a.852457464799960/3775783919133952>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

FEITOSA, C. Diversidade sexual e partidos políticos: uma análise da cidadania LGBT nos estatutos partidários brasileiros. **Revista Feminismos**, v. 9, n.2, p. 215-238, 2021.

FRASER, N. La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. **Revista de trabajo**, v. 4, n.6, p.83-99, 2008.

GALICIA, J. S. (coord.). **Treinta claves para entender el poder: léxico para la nueva comunicación política**. v. 2. Puebla: Piso 15 Editores, 2013.

GASTALDI, A. B. F; MOTT, L; OLIVEIRA, J. M. D. de; AYRES, C. S. L. DA S; SOUZA, W. V. F; SILVA, K. V. C. da. (orgs.). **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GREEN, J. N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cad. AEL**. Campinas: v.10, n.18/19, p. 17-39, 2003.

256

GREEN, J; LIMA, A. M.; MACHADO, F. V. Revolucionário e gay: Identidades inconciliáveis? Entrevista com James Green. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-12, 2020.

HOOTSUITE; WE ARE SOCIAL. **Digital 2021: Brazil**. 11 fev. 2021. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MARIOTO, D. J. F. **Black-out parlamentar: o processo de representação dos deputados federais autodeclarados pretos da 56ª legislatura brasileira frente a comunicação em ambientes digitais**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

MARQUES, V. L.; D'ÁVILA, P. O Movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 79-112, 2010.

MASSUCHIN, M. G.; SILVA, L. F. Campanha permanente nas redes sociais digitais: um estudo de caso da análise da fanpage do governador Flávio Dino, no Brasil. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. 9, n. 17, p. 229-248, 2019.

MIGUEL, L. F. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 25-38, nov. 2005.

PARMEGGIANI, B. Facebook e accountability: um estudo de caso da Fanpage da presidente Dilma Rousseff. **Revista Compólitica**, v. 5, n. 1, p. 101-124, 2015.

PAULA, C. E. A.; SILVA, A. P. da; BITTAR, C. M. L. Vulnerabilidade legislativa de grupos minoritários. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3842-3848, 2017.

PEREIRA, C. F. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 4, p. 121-132, 2017.

PITKIN, H. F. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, n. 67, p. 15-47, 2006.

REIS, T. (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

REYNOLDS, A. Representation and rights: The impact of LGBT legislators in comparative perspective. **American Political Science Review**, v. 107, n. 2, p. 259-274, 2013.

257

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, G. G. da C. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 147-186, 2016a.

SANTOS, G. G. da C. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, v.6, n.1, p. 179-212, 2016b.

SILVA, L. V. da; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016.

WEBER, M. H. Imagem Pública. In: ALBINO, A; RUBIM, C. (org). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, p. 259 – 307, 2004.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006.

***Fabiano Contarato:
LGBTI+ representation in the political communication of Brazil's
first gay senator***

ABSTRACT: Clodovil Hernandez was the first openly LGBT politician to be elected to Brazilian legislative branch, as a deputy, in 2006. But the most successful year was 2018, when two gay men were elected for the House of Representatives and Fabiano Contarato was the first gay man chosen to be Senator. Based on this event, the present study aimed to identify the relation between the Senator and the LGBTQ+ agenda, under Pitkin and Young's substantive representation perspective, crossing Fraser. To do so, Contarato's digital communication was analyzed, since the use of social media plays a role on accountability and permanent campaign. The study corpus were publications on the Senator's Facebook page from 2019 to 2021, examined through the content analysis method. First, to identify the frequency in which the LGBTQ agenda was cited and then, how the content was aligned with the LGBTQ movement. Thus, it will be possible to have a better understanding on how Contarato works as a LGBTQ community representant.

KEYWORDS: Representation; Political Communication; LGBTQ+; Senate; Facebook.

258

***Fabiano Contarato:
la representación LGBTI+ en la comunicación política del primer
senador gay de Brasil***

RESUMEN: Clodovil Hernandez fue el primero político LGBTI+ de Brasil electo en un cargo de nivel federal. Y solo en 2018 hubo una ampliación, con la elección de dos diputados y más el primero senador gay de Brasil: Fabiano Contarato. De ese hecho, el trabajo busca identificar la relación del senador electo con la representación de la población LGBTI+, con una reflexión a partir de Pitkin y Young, con contribuciones de Fraser, y la comprensión de la comunicación digital como espacio de accountability y de campaña permanente para los políticos. Forma el corpus de la pesquisa las publicaciones hechas por Contarato en su página de Facebook de 2019 a 2021, con la utilización del Análisis de Contenido como metodología para identificar la frecuencia de publicaciones de temática LGBTI+ y, en según momento, una investigación en estas publicaciones para identificar el alíñamiento con las reivindicaciones del movimiento, para comprender si Contarato actúa en la representación de esa población.

PALABRAS CLAVE: Representación; Comunicación Política; LGBTI+; Senado; Facebook.